

quando a urgência do interesse privado fazia pôr de lado os escrúpulos e as cerimônias. Tudo isso é perfeitamente compreensível numa época atormentada, em que se pretendia gerar as bases institucionais do país, construir o seu aparelho de Estado, consolidar uma estrutura de produção abalada até os alicerces, quando se confrontavam velhas razões e outras germinavam, com tendências ainda embrionárias que buscavam crescer, face a tendências que lutavam pela sobrevivência.

É certo, e seria disparatado negar, que muitas das figuras em atividade pública, as da imprensa incluídas, naquela fase tempestuosa, pretendiam defender posições, tendências, teorias, doutrinas julgadas compatíveis com o país e até necessárias e prestáveis ao bem comum. A seu modo, de acordo com as suas possibilidades, muitas delas fizeram, na função parlamentar, na função administrativa, na função apostólica, tarefa destinada à melhoria das condições do país. As questões candentes, entretanto, aquelas que preocupavam a muitos, que atraíram as atenções e as apaixonaram — as que provocaram o aparecimento dos pasquins — não foram apenas doutrinárias ou não permaneceram nos limites doutrinários. Os aspectos pessoais eram tão absorventes, confundiam tanto as personagens, ainda as mais eminentes, impregnavam de tanta paixão o ambiente, que passavam a primeiro plano. Havia, assim, a tendência constante em tornar grandes as pequenas questões, em tornar públicos os problemas de ordem privada, em tornar pessoais as controvérsias políticas. Esse privatismo peculiar à sociedade escravista e à sociedade feudal refletiu-se no pasquim e lhe deu as duras linhas de uma fisionomia — refletindo-se, conseqüentemente, em sua linguagem virulenta e apaixonada mas também em suas outras características, a transitoriedade, a circunstanciada, a superficialidade. Nessa confusão, nessa tormenta, podemos hoje distinguir o que foi difícil para os contemporâneos dela distinguir: as contradições de classe, a luta entre o velho e o novo, desequilíbrios, estruturas em mudanças.

É, hoje, fácil, de outro aspecto, verificar que a pequena imprensa atendia não apenas à etapa de desenvolvimento técnico a que atingira a arte tipográfica, entre nós, mas também o nível a que atingira, na prática, o conceito de liberdade. A Constituição outorgada de 1824 era clara no sentido de afirmar a liberdade de imprensa. Por esse tempo, apesar das interdições e das ameaças que pesavam sobre a divulgação de folhetos e jornais, o desenvolvimento da imprensa, com o aparecimento de algumas oficinas tipográficas, havia atingido nível significativo para o meio. Parece que a lei básica, entre a possibilidade de fomentar, pela regressão, uma imprensa clandestina que poderia alcançar terríveis efeitos, no grau de